

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/4/2019

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Professor Cleiton, Neilando Pimenta, Gustavo Valadares, Gustavo Santana e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o iminente fechamento do Hospital Santa Rosália de Teófilo Otôni e receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Vicentina Pereira Alves, vereadora da Câmara Municipal de Teófilo Otôni; e Maflávia Aparecida Luiz Ferreira, secretária executiva do Cisnorje; e os Srs. Nélcio Costa Dutra Júnior, promotor de justiça e coordenador do CAO Saúde; Eduardo Luiz da Silva, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais; Anderson Rodrigues, presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais; Renato Barros, diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde; Marcos Antônio Amaral, diretor clínico do Hospital Santa Rosália; Ilter Volmer Martins, provedor do Hospital Santa Rosália; Filipe Figueiredo Martins Costa, presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otôni; Luiz Marcelo Cabral Tavares, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, representando o secretário dessa pasta; Rafael Maia Nogueira, subsecretário de Inovação e Logística em Saúde da SES; Leonardo Seixas de Oliveira, diretor executivo do Hospital Santa Rosália; Daniel Batista Sucupira, prefeito de Teófilo Otôni; Gabriel Gusmão Dias Svizzero, Fábio Lemes de Souza, João Paulo Ferreira do Nascimento, Marcinho da Serraria, Northon Neiva Diamantino e Paulinho de Dona Naná, vereadores da Câmara Municipal de Teófilo Otôni; João Paulo Campos, advogado do Hospital Santa Rosália; e Ronildo Mendes Barbosa, José Admilson Ribeiro de Almeida, André de Lambari e Fábio Antunes Santos, vereadores da Câmara Municipal de Novo Cruzeiro. A presidência concede a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte

(Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.651/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita ao Hospital Santa Rosália, no Município de Teófilo Otoni, para conhecer a estrutura de atendimento da instituição;

nº 1.652/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para aumentar o valor do Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade – MAC – do Município de Teófilo Otoni para custeio dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares prestados pelo SUS;

nº 1.653/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais pedido de providências para implantar um projeto do Programa de Energia Eficiente para o Hospital Santa Rosália no município de Teófilo Otoni;

nº 1.654/2019, dos deputados Doutor Jean Freire e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao governo do Estado para discutir o pagamento da dívida do Estado com os municípios relativa à saúde, com a presença dos secretários de Estado da Fazenda, de Planejamento e Gestão e de Saúde;

nº 1.655/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para criar um grupo de trabalho composto por representantes da SES, da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, da Prefeitura de Teófilo Otoni, da Câmara Municipal de Teófilo Otoni, da direção do Hospital Santa Rosália e dos trabalhadores do hospital com a finalidade de desenvolver propostas e encontrar soluções para a manutenção da instituição;

nº 1.656/2019, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para regularizar os repasses financeiros para a manutenção do Hospital Santa Rosália no Município de Teófilo Otoni, conforme constam nas resoluções da SES encaminhadas em anexo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2019.

Carlos Pimenta, presidente – Zé Reis.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/5/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto nº 1/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.085, que dispõe sobre o registro de dados pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 2/2019 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.238, que altera as Leis nºs 4.747, de 1968, 5.960, de 1972, 6.763, de 1975, 14.937, de 2003, 15.424, de 2004, e 21.527, de 2014. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 3/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.158, que dispõe sobre as associações de socorro mútuo. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 4/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.161, que altera o art. 2º da Lei nº 14.171, de 15 de janeiro de 2002, que cria o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 5/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.195, que autoriza o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – a doar ao Estado o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 6/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.200, que dispõe sobre a resposta à solicitação dirigida a órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 7/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.201, que determina que os veículos destinados ao serviço de segurança e saúde públicas do Estado sejam equipados com dispositivo que permita sua geolocalização. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 8/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.208, que acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 10/2019 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.230, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hipermercados, supermercados, atacadistas e estabelecimentos varejistas congêneres identificarem de forma destacada produtos provenientes da agricultura familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 152/2019, do deputado João Leite; 1.001/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.225 e 1.325/2015, do deputado Fred Costa; 1.423/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.641/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.388/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.752/2017, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 4.880/2017, da deputada Marília Campos; 82, 117 e 176/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 232/2019, do deputado Charles Santos; 290/2019 e 490/2019, do deputado Arlen Santiago; 559/2019, do deputado Zé Reis; e 627/2019, do deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 5.504/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes; 641/2019, do deputado Noraldino Júnior; 649/2019, do deputado Braulio Braz; 658/2019, do deputado João Magalhães; 662 e 664/2019, do deputado Inácio Franco; e 665/2019, do deputado Doutor Wilson Batista.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento n° 906/2019, do deputado Thiago Cota.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater os efeitos do Decreto n° 47.491, de 2018, publicado em decorrência da Lei n° 18.037, de 2009, que dispõe sobre a regulamentação do cadastro de entidades representativas de despachantes para atuação no âmbito do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG –, bem como debater a suposta ocorrência de irregularidades nos procedimentos administrativos relacionados ao credenciamento de pátios por parte do Detran-MG.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 5.035/2018, do deputado Cristiano Silveira; 5.227/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 499/2019, do deputado Hely Tarquínio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 797 e 801/2019, da Comissão de Segurança Pública; e 887/2019, do deputado Gustavo Santana.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as condições do prédio da Escola Estadual Alberto Delpino tendo em vista a paralisação das obras de reconstrução desde 2013.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 7/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 8/5/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 733/2019, do deputado Bruno Engler, e 861 e 860/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a importância do setor minerário e sua cadeia produtiva para o Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2019, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – diante da reforma administrativa em tramitação nesta Casa.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 7/5/2019, às 9 horas, à Secretaria de Estado de Educação, com a finalidade de tratar do processo de escolha de servidor para o cargo de diretor e, especialmente, para o de vice-diretor de escola estadual de educação especial.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 7/5/2019, às 9h30min, à Unidade de Atendimento Integrado – UAI – Praça Sete, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar as condições de trabalho e atendimento ao cidadão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a importância do desenvolvimento da ciência, pesquisa e tecnologia no Estado, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Ciência, Pesquisa e Tecnologia.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2019, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Redação**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doorgal Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de discutir e votar pareceres de redação final.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 906/2019, do deputado Thiago Cota, e receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betinho Pinto Coelho, Coronel Henrique, Leandro Genaro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/5/2019, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2019.

Gil Pereira, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/5/2019**

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vencida a difícil etapa da organização administrativa requerida pelo governo, para iniciar a sua ação, com a votação que tivemos, a aprovação, os aperfeiçoamentos e as modificações feitas aqui, pela Casa Legislativa, trata-se agora de ver essa máquina, essa composição funcionando, em andamento.

É precisamente isso que me traz a esta tribuna. Queria abordar algumas questões às quais as nossas bancadas se dedicaram, nas quais se debruçaram e acabaram encontrando o caminho para uma solução negociada.

Em primeiro lugar, falo na condição de deputado eleito entre os majoritários na região do Norte de Minas, o que muito me honra. Sr. Presidente, pleiteávamos a manutenção de uma secretaria específica para aquela região, nos moldes existentes em outros países de dimensões continentais – inicialmente, nos Estados Unidos, mas, posteriormente, outros modelos foram adotados com sucesso. O Brasil pensou a Codevasf exatamente nesse modelo. Conforme eu já disse desta tribuna, o Tennessee Valley Authority – TVA – pegou uma região subdesenvolvida dos Estados Unidos e a transformou num vale de progresso, pujante, de produção, de indústria, enfim, alcançou plenamente seus objetivos.

Ao contrário, aqui quase a metade do território de Minas tem uma região que representa menos de 3% do nosso PIB; é uma discrepância inaceitável o Norte de Minas, o Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e uma parte do Noroeste. Queríamos que houvesse um espaço voltado exclusivamente à defesa de interesses dessa região, para coibir o desequilíbrio regional, para superá-lo; tanto para atuar em Brasília, junto a organismos internacionais, como para atuar até mesmo no interior do governo, para que houvesse nele alguém que fosse um bastião, defendesse a região. Claro que, contrariados, tivemos que ter a compreensão daquilo que o governo pensa: quis fazer o enxugamento, e tivemos que nos render a esse critério, até porque de nada adianta impor algo a um governo que quer usar o instrumental de enxugamento, de promover simplesmente a fusão na prática de secretarias, com acumulação de cargos e outras maneiras sobejamente conhecidas.

Eu queria me dedicar a isso. Cheguei até a pensar uma alternativa que me parecia mais eficaz, que seria conceder ao Idene o *status* de secretário, sem criar secretaria nem nada, sem criar nenhuma estrutura adicional. O presidente desse órgão, que já existe e continua existindo, apenas teria o *status* de secretário, para chegar aos lugares e falar na condição de secretário, participar em igualdade de condições do debate interno do governo, como o secretário de educação, o de saúde, para defender a sua região de maneira transversal, em todos os segmentos da administração. Chegamos a uma proposta equilibrada, digamos assim, mista, que foi uma subsecretaria específica. Essa solução vai responder se foi adequada ou não na prática; é a prática que vai responder se foi uma boa solução. Para a votação ocorrida aqui foi uma boa solução, uma solução que equilibrou, que produziu o voto por unanimidade em torno dela? De fato vai funcionar?

Creio que, em primeiro lugar, devemos cobrar eficácia da solução, e não se haverá um secretário. Não era essa a nossa batalha. A batalha era que houvesse alguém que tomasse para si a responsabilidade de responder pelo conjunto dos problemas e demandas daquela região; que pensasse, inclusive, grandes projetos de desenvolvimento, e não pensasse a miúdo, no particular, aquilo que pode ser um atendimento. Numa região pobre, um atendimento pequeno é importante. Já vi muita gente criticando e dizendo: “Mas é uma rede de água, uma caixa d’água, um poço, uma barraginha?”. Tudo isso é importantíssimo.

Deputada Leninha, vejo que, daqui a pouco, V. Exa. falará. Mas, é preciso pensar também grandes estratégias de desenvolvimento para aquela região. Nós pensamos, inclusive, em expandi-la por três ou quatro municípios a mais para chegar até o Distrito Federal, que criaria, como acabou criando, a Região Metropolitana de Brasília. Além disso, para que aquela região pobre de Minas usufruísse mais do influxo de desenvolvimento a partir de Brasília, criando um corredor de desenvolvimento, que, aliás, era o antigo sonho de JK ao criar Brasília... Quer dizer, um corredor que viria de Brasília, atravessando a ponte do São Francisco que seria construída, pegando Montes Claros e chegando a Diamantina, na BR-397, que vai até o litoral. Seria a ligação de Brasília ao litoral, num grande corredor de desenvolvimento econômico. Isso é o que importa.

É importante que a secretaria como um todo, o secretário Manoel Vítor tenha essa compreensão, porque o que nós queremos é o desenvolvimento. Poderá haver um secretário? Ótimo, próprio. Não sei como ficaria tendo um secretário de Desenvolvimento Regional, com a diferença só de uma região. Enfraquece? Não sei. Haverá alguém que responda simultaneamente pelos dois? Não sei. O que nos importa é o resultado e a elaboração própria de políticas para o desenvolvimento da região.

Concedo, finalmente, o aparte à minha querida deputada Leninha.

A deputada Leninha (em aparte)* – Obrigada, deputado Virgílio Guimarães. Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas da Assembleia e os que nos acompanham pela TV Assembleia!

Queria destacar duas questões, Virgílio. A primeira você abordou muito bem. Compartilho dessa sua preocupação, porque, inclusive, isso foi motivo de nós, deputados localizados mais no Norte e no Vale, fizéssemos reuniões na perspectiva de mantermos a Sedinor na estrutura da reforma administrativa. Entendíamos que estávamos passando por esse período de economia e de fusão. Ao mesmo tempo, nos preocupava não só onde se localizava a política de convivência com o semiárido e a política de desenvolvimento do Norte e do Vale do Mucuri, mas, principalmente, as questões orçamentárias. A gente sabe o quanto foi importante essa secretaria, o quanto a sua estrutura levou água para diversas famílias do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, ou seja, o quanto isso é importante neste momento em que estamos vivendo de mudanças climáticas, cada vez mais com uma distribuição irregular das chuvas e as pessoas preocupadas com água para beber e produzir alimento.

Então, na reforma, estamos entendendo que, criando uma subsecretaria na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – queremos acreditar – nessa nova estrutura do governo, continua a mesma força política que tinha a Sedinor. A nossa preocupação era muito mais no sentido de que não ficasse nas nossas contas, nesta legislatura, a extinção de uma secretaria tão importante. Mas, como você mesmo disse, mais do que a estrutura é a vontade política do governo de, efetivamente, ampliar e fortalecer as políticas de convivência com o semiárido. Para a gente, isso é muito importante.

Mesmo com a reforma e a gente extinguindo a Sedinor e criando a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico, que as pessoas dessas regiões não fiquem preocupadas, porque estaremos empenhados nessa nova estrutura de ampliar e de fortalecer essas políticas de convivência com o semiárido.

A segunda questão, deputado, aproveitando porque daqui a pouco a gente tem uma audiência, é sobre a educação superior. Nós lutamos para que a Subsecretaria de Educação Superior ou Ensino Superior também fosse para a Secretaria de Estado de Educação. No próximo dia 7 de maio, realizaremos uma audiência pública para discutirmos as políticas do ensino superior ou da educação superior em Minas Gerais, especificamente no caso da Uemg e da Unimontes. Com os cortes já acontecendo no governo atual, em 20% e 10% de custeio e 20% de investimento, isso já afeta diretamente a vida dessas duas instituições tão importantes. Além disso, associado aos cortes que tivemos das bolsas na Fapemig... Quer dizer, o drama da educação superior e do ensino superior continua, mesmo aprovando-se a reforma. Essa audiência pretende sinalizar, inclusive, junto com a secretária de Educação... Esperamos que a secretária venha a essa audiência para, juntos, construirmos caminhos concretos, a fim de que o ensino superior em Minas Gerais não seja privatizado e, cada vez mais, ampliemos ofertas para os pobres não só do Norte de Minas e do Jequitinhonha mas também de toda a região onde a Uemg atua, para garantirmos um ensino superior de qualidade e para que haja uma ampliação do número de vagas e de oferta de condições para que a juventude mais pobre tenha, de fato, acesso ao ensino superior, a uma educação superior. Muito obrigada pelo aparte.

O deputado Virgílio Guimarães – Eu que lhe agradeço, deputada Leninha. Até porque, dos temas que eu listava aqui – e nós lutamos e alteramos –, queria falar sobre o funcionamento. V. Exa. me poupou de um deles que é a criação da subsecretaria de ensino superior pelo nosso compromisso com a Unimontes e a Uemg. V. Exa. disse muito bem e nesse sentido um dos temas fica esgotado aqui. Uma vez feito o arranjo institucional da inserção muito mais correta, valorizando muito mais, dando mais autonomia, nesse sentido, às universidades estaduais, dando mais condições de elas crescerem e serem até cobradas... Nós temos o espaço adequado para isso e, agora, portanto, em lugar de vermos a que está tendendo o país inteiro – estão aí os reitores se pronunciando ao ver à míngua as universidades –, nós queremos que isso seja um passo para o seu crescimento, para a sua prosperidade em Minas Gerais.

Não poderia deixar de citar o terceiro tema, já que dois deles foram da nossa bancada do Norte do Estado, do Norte de Minas. Acabei de abordar a questão da estrutura da antiga Sedinor, da Uemg e da Unimontes. Portanto não poderia deixar de falar do

Ipsemg. Houve uma emenda, uma batalha, uma luta feita pela nossa bancada. O que foi conquistado foi importante? Sem dúvida, mas é apenas uma espécie de bandeira de largada. Para dizer que vamos conceder autonomia, que vamos atualizar os pagamentos, é preciso haver um estudo de viabilidade, de equilíbrio, de sustentabilidade a médio e longo prazos do Ipsemg. O temor de que “Já que demos autonomia, vão a seus gestores, cuidem dos seus funcionários, cuide quem quiser desse órgão e, uma vez dada a mesada, ele que se ajeite para depois pagar o que puder, quando puder e se puder”... Mas não é nada disso. Temos também responsabilidade. A Assembleia Legislativa foi parceira dos servidores públicos, não dos servidores do Ipsemg... Eles foram fundamentais e serão fundamentais na gestão da autonomia, do Ipsemg. Mas o Ipsemg é, sobretudo, do conjunto dos servidores públicos do Estado e também dos seus próprios servidores, evidentemente. E temos, portanto, uma corresponsabilidade, já que abraçamos essa mesma bandeira, assumimos sua manutenção, assumimos a implantação objetiva daquilo que era apenas um enunciado da lei do Ipsemg, da lei geral do Ipsemg, que é uma autarquia dotada de autonomia financeira e administrativa, mas cuja autonomia objetivamente não se realizava, não se completava. Porque sem haver os recursos para isso, isso jamais seria efetivamente praticado.

E agora temos a responsabilidade também de buscar, não só do ponto de vista do orçamento, não só do ponto de vista da fiscalização... E temos uma comissão para isso, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para verificar a execução plena desse dispositivo, mas também temos de fazer uma verificação sobre as condições. Então pode ser que reformas e ajustes sejam necessários para que haja, de fato, uma sustentabilidade assegurada, do ponto de vista econômico. E não só a estabilidade econômica e política, pois sem essa sustentabilidade não alcançaremos um dos objetivos. Lutamos por tudo isso, porque lutamos pelos objetivos do Ipsemg de conceder saúde ao servidor público do Estado, na saúde complementar, tão importante, tão necessária, para sua família, e como organismo que vem complementar também as pensões, os pagamentos previdenciários complementares, que foram conquistas dos servidores públicos de Minas Gerais. E temos a responsabilidade de fazer com que eles continuem para sempre, de maneira robusta, funcionando. Esse foi o objetivo que nos levou a votar como votamos aqui na reforma administrativa do Estado. Muito obrigado.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, colegas deputados, na terça-feira votamos aqui a reforma administrativa e não tive a oportunidade de fazer a declaração do voto, naquela ocasião. Penso que a Assembleia deu um *show*, no sentido da sua autonomia, da sua independência, do seu papel na elaboração de pensar o Estado de Minas Gerais.

Nós, que compomos aqui o bloco de oposição, confirmamos aquilo que eu disse no início do mandato de que não tínhamos vocação para uma oposição que sabota governo, para tentar inviabilizá-lo, em função da disputa pelo poder no futuro. É muito comum tentar inviabilizar governos para depois criar as condições para, de alguma maneira, fazer a disputa e tomar o poder. Eu dizia que a nossa oposição seria no limite da responsabilidade. Nesse sentido teríamos três cenários. O primeiro é que teríamos matérias em que realmente o governo não poderia contar conosco, que entendemos que não são boas para Minas Gerais. O segundo cenário seria de matérias que até poderia contar com o nosso voto, porque se chega à conclusão de que elas são pertinentes, importantes para Minas. O terceiro seria o daquelas em que poderia contar com o nosso voto, desde que ajustadas a partir do que entendíamos como adequado. Essa postura da oposição não foi só nesse momento da reforma administrativa, mas entendo que do conjunto dos deputados de Minas Gerais. Foi um momento importante.

Claro que faço aqui uma ressalva da emenda que apresentamos e não foi acolhida para ser votada, que é a que trata, Profa. Beatriz, da questão da Secretaria de Turismo, de distingui-la, de manter a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo. Penso que, se não houve uma vitória do ponto de vista do voto, da ótica numérica aqui em Plenário, houve uma vitória da construção da política e de jogar luz ao tema, de fazer com que os colegas tivessem conhecimento dos números, dos dados, dos setores, especialmente da cultura e do turismo. É claro que fica para nós, a partir de agora, presidente, o compromisso de lutar para que seja garantida a política pública para o turismo, para a cultura e para outras áreas que acabaram não vindo aqui como secretarias, como é o caso da Secretaria

de Desenvolvimento do Norte de Minas – Sedinor, mas garantiu que o Idene seja fortalecido, que tenhamos recursos para as políticas – não é, deputado Virgílio? –, a fim de que possamos realmente não desassistir uma parcela do povo mineiro que talvez sofre mais do que os de outras regiões, como é a região da deputada Leninha, o Norte e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Então, gostaria de dizer da satisfação de termos tido vitória na questão do Ipsemg. Foi importante uma construção que começou aqui nesta Casa nos debates, foi para as comissões, virou tema de audiência lá. Foi uma proposta que todos acolhemos e lutamos para que acontecesse. Hoje vemos outros atores, que são estranhos à vida parlamentar aqui da Assembleia, dizendo que têm mérito também nessa construção. É claro que agradecemos a solidariedade que tiveram com a nossa luta, mas aqui, não tenho dúvida, foram os deputados de Minas Gerais que lideraram esse processo. Agora tem de ser efetivado. Comemoramos o governo ter nos ouvido e retirado o projeto da Escola de Saúde Pública de tramitação como estava na proposta. Comemoramos o fim dos jetons para os conselheiros, inclusive ajudando o governador a cumprir uma das suas propostas de campanha, que seria não utilizar desse expediente. Então, a Assembleia aqui está na linha do que o governador disse na campanha. A valorização dos quadros dos servidores efetivos de Minas Gerais para ocupar os cargos comissionados é um avanço. É importante. É meritoso. O servidor que compõe hoje os quadros do governo ingressaram por concurso público. Se ingressaram por concurso, foram selecionados dentro de uma lógica de mérito. Eles falam tanto em meritocracia, então acho que o governo também vai cumprir esta promessa.

Vários outros pontos aqui foram destacados. Acho que na cultura, Beatriz, ainda que não tenhamos conseguido garantir a presença da secretaria, mas outras superintendências voltaram, o audiovisual retornou. Então, acho que alguma coisa foi importante aqui nesse processo todo e mostrou a força que tem a Assembleia de Minas, o Poder Legislativo mineiro. E assim, presidente, precisa continuar sendo. Não é enfrentamento, volto a dizer, com o Poder Executivo. É autonomia e independência dos Poderes, atuando de maneira harmônica, pois aqui precisamos ter a nossa altivez para trabalhar.

Destacamos, ainda, o retorno da escola em tempo integral. Acho que foi algo muito importante que precisamos salientar.

Feita aqui a minha declaração de voto, que não fiz na terça, o balanço que faço da aprovação da reforma, quero dizer que outros projetos virão. Esperamos que tenhamos a mesma capacidade de diálogo, de paciência, de construção, de articulação interna, como tivemos, porque assim entendo que será muito bom e positivo para Minas Gerais. Entretanto, tenho aqui que cumprir também o meu papel, já na lógica da fiscalização que temos de fazer, que é imperativa na nossa atuação como deputados, está no Regimento, está na Constituição de Minas. Eu lamento que o governo Zema tenha, no início deste ano, contingenciado mais recursos do que o governo passado, tão criticado por eles. Para os senhores terem uma ideia, o deputado Ulysses fez uma fala aqui, mas, talvez, no calor da votação da reforma, muitos não tenham ouvido, e eu preciso repeti-la, para que fique registrada. Deputado André, no geral, o governo contingenciou mais de R\$36.000.000.000,00 de recursos; na verdade, a nossa execução orçamentária de 2018 foi de R\$36.000.000.000,00, e a do governo Zema foi de R\$32.000.000.000,00, ou seja, R\$4.000.000.000,00 a menos.

Onde foi mais grave o contingenciamento dos recursos? Onde é mais caro para o povo de Minas Gerais. Na saúde, em 2018, foram executados R\$2.746.000.000,00, e no governo Zema, R\$1.855.000.000,00. É dinheiro que está faltando para remédio, é dinheiro que está faltando para pagar procedimento, é dinheiro que está faltando para a atenção básica, é dinheiro que está faltando para a rede de urgência e emergência. Com a educação não foi diferente. Nós tivemos uma execução orçamentária de mais de R\$3.000.000.000,00, R\$3.114.000.000,00, e o governo Zema executou R\$2.679.000.000,00 apenas. É grave! Se o governo disser que vai tentar reequilibrar as contas às custas das áreas mais caras ao povo de Minas Gerais, sacrificando a saúde, a educação, a segurança, sinceramente, de que vale? Eu digo sempre aqui que a boa gestão, a boa administração, leva em consideração o esforço fiscal, o equilíbrio das contas, o racionamento da utilização do dinheiro público, mas ela tem outro componente que é o indicador social. E se eu pioro os meus indicadores na saúde, na educação, na segurança e na infraestrutura, terei um problema. É preciso achar a justa medida. Faço aqui este alerta.

A outra crítica que faço ao governo é sobre a falta de transparência nas suas ações. Fui visitar o Portal da Transparência, deputado Virgílio, para buscar dados, informações, e fazer o acompanhamento. Já há tempo que ele não é alimentado, só constam dados da segurança pública. Então, como é possível ao povo mineiro, aos deputados e a quem quiser fazer o acompanhamento e a fiscalização dos atos do governo, se não há transparência? Lembramos que nós temos a Lei da Transparência em vigor no País. Foi inclusive uma proposta do deputado Reginaldo Lopes, que o presidente Bolsonaro tentou retirar, mas o Congresso, sabiamente, retornou com ela. Eu acho que o governo tem de ser obediente às leis. Se ele quer dar transparência a seus atos, deve alimentar o portal. Isso é importante.

Ontem foi o Dia do Trabalhador, 1º de maio. O que nós temos para comemorar, deputada Beatriz? Nada! Nada a comemorar! Nós estamos num contexto em que o governo tenta retirar do trabalhador o direito à aposentadoria com dignidade. A reforma da Previdência é perversa com o trabalhador, é perversa com as mulheres, perversa para as mulheres, para o agricultor familiar, para o idoso, para o pobre. Ela está tramitando; o governo pretende aprová-la a passos largos, com velocidade. Ora, antes de se discutir a reforma da Previdência, era preciso debater a reforma tributária no País, tributar os lucros e dividendos, tributar as grandes fortunas e heranças, inclusive como vários países capitalistas fazem. Tínhamos de ter a discussão de uma reforma tributária, tínhamos de discutir as sonegações, tínhamos de discutir os incentivos fiscais, tínhamos de debater o governo meter a mão no dinheiro para fazer movimentação dentro das possibilidades da Desvinculação das Receitas da União – DRU. E a reforma da Previdência é isso, vai dizer a você, amigo e amiga da iniciativa privada, que terá de contribuir por 40 anos para ter direito à aposentadoria em tempo integral.

Nós estamos num País, deputado Virgílio, com 13 milhões de desempregados e um tanto de milhões de desempregados e subempregados que não estão contribuindo para o regime oficial. E se eles não estão na formalidade, como esses caras vão contribuir por 40 anos para ter aposentadoria na integralidade? Eu não entendo. São 65 anos! Muita gente faz o recorte da expectativa de vida, mas na hora em que a estratifica, ela é maior para aqueles que têm os maiores salários, a classe média alta, e ainda é baixa para os trabalhadores e agricultores.

Outra perversidade: tempo de contribuição das mulheres, que têm dupla jornada, tripla jornada. Então, sabem o que o trabalhador teve para comemorar ontem? Nada, apenas fazer a luta e a resistência, como fizemos de maneira inédita. Precisamos parabenizar as centrais sindicais, que unificaram o ato e fizeram uma agenda em comum em defesa dos trabalhadores, inclusive convocando a greve geral, que é necessária. Se não houver mais energia nessa luta contra a reforma da Previdência, ela vai passar e é perversa.

O governo Bolsonaro, no seu 1º de maio, está na marca das maiores taxas de desemprego do País: 13 milhões de desempregados só em março, são mais de 43 mil desempregados. O presente que ele também entrega para os trabalhadores do nosso país é o anúncio de corte nas universidades federais, no ensino superior, em torno de 230 milhões. Mas ele é muito generoso com a Venezuela: anunciou recursos para ajudá-la, que vive uma crise interna, uma perspectiva de golpe. Não estou dizendo que concordo com a política econômica da Venezuela, mas entendo que o caminho é sempre a democracia; é assim que entendo. Mas o governo Bolsonaro anunciar corte para as universidades federais, para o povo brasileiro, cortes para as universidades públicas, Leninha – você acabou de falar da Unimontes, assim como o Virgílio – e anunciar que quer repassar mais de duzentos milhões para a Venezuela é engraçado. Logo o governo Bolsonaro! Então, é outro presente do 1º de maio: corte de recursos nas universidades, altos índices de desemprego, aumentos da gasolina no final do mês passado.

Eu me lembro de que a gasolina está muito mais cara do que estava no governo da ex-presidenta Dilma Housseff, quando eles batiam panela, faziam aquelas danças engraçadas nas manifestações, faziam adesivo machista, misógino, com a foto da presidenta Dilma nos tanques de gasolina. Hoje o valor da gasolina está quase o dobro mais cara, e ninguém vai bater uma panelinha, ninguém vai colocar um adesivosinho, soltar um foguete, fazer uma dança, uma coreografia engraçada, como as que faziam na época

do *impeachment*? Então, vejo que a indignação é seletiva: estamos pagando gasolina mais cara, mas, pelo menos, tiramos o PT; o desemprego aumentou, mas, pelo menos, tiramos o PT. Vai cortar dinheiro das universidades? “Ah, mas, pelo menos, tiramos o PT.” Vai dar dinheiro para a Venezuela? “Ah, mas, pelo menos, tiramos o PT.” Está pior? “Está pior, mas, pelo menos, tiramos o PT.” Não tiraram o PT, porque há três anos ele já estava fora do governo, Leninha; quem estava governando era o Michel Temer; eles sucederam o governo Michel Temer, não sucederam o governo do PT: saímos com a Dilma.

Então, três anos e tanto depois, com mais o tempo do Bolsonaro, estamos falando de quase um mandato inteiro, e ainda dizem: “Tirem o PT que volta a gerar emprego”. Cadê o emprego? “Tirem o PT que a economia volta a crescer”. Cadê a economia crescendo? Profa. Beatriz, eles ainda podem alegar o seguinte: “Mas, no ano de 2015, o governo do PT ia mal”. Ia mal, sim, entre outras coisas, pela sabotagem que sofria. Quem disse isso? Tasso Jereissati, então presidente nacional do PSDB, em carta, no ano passado, que disse que o PSDB não deveria ter assumido as pautas-bombas apresentadas pelo governo Michel Temer. Não sou eu que estou dizendo; foi o Tasso Jereissati que disse. É desse jeito.

Também, na semana que antecedia o Dia do Trabalhador, anúncios desastrados foram feitos pelo presidente Bolsonaro ofertando as nossas mulheres: “Vêm para o Brasil, nossas mulheres aqui”. O que é isto: “nossas mulheres”? “Vêm para o Brasil, nossas mulheres aqui”? Eu não entendi o que ele quis dizer. É para vir para cá que o Brasil voltará a ter, como atrativo, o turismo sexual? É isso? Acho que o governo de Minas perdeu a oportunidade de fazer como o que fizeram os governadores do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco: turista é muito bem-vindo, mas as nossas mulheres não estão disponíveis para isso, não. Como é? Até acho, Bia, que a nossa comissão das mulheres e a nossa bancada feminina deviam fazer uma ação para cobrar do governo um posicionamento. Não é assim que se tratam as mulheres. Sou pai – tenho uma menina de 13 anos –, sou marido. sou filho e não quero que tratem assim as mulheres do nosso país.

Estou falando basicamente da última semana. Dá impressão de que estou fazendo um balanço do governo Bolsonaro, mas não, ele está só começando. Por incrível que pareça, para desespero nosso, ele está só começando. O balanço da última semana é esse que trago para vocês. Então, cabe a nós organizar a nossa resistência, não é isso? Vamos organizar a greve geral, vamos organizar a resistência contra a reforma da Previdência, vamos organizar as nossas lutas na Assembleia Legislativa.

Parabenizo todos os companheiros do nosso bloco pela unidade, pela capacidade de articulação e pela disponibilidade da luta. Vamos juntos! Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputados, deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, venho à tribuna fazer um balanço das nossas votações, na terça-feira, da proposta da reforma administrativa e do resultado final produzido pela Assembleia. Primeiramente, tentando traduzir o sentimento por esse balanço, diria que o governador Zema mandou uma proposta de reforma que economizava pouco e desorganizava muito os serviços públicos. E a proposta que vai sair da Assembleia para sanção do governador economiza mais e desorganiza menos. Então, a Assembleia já deu uma grande contribuição – e justiça seja feita –, com o voto, em algumas emendas, inclusive de deputados da base de apoio ao governador. Há emendas do nosso bloco de oposição e dos blocos independentes.

Evitamos, por exemplo – e aqui agradeço muito aos deputados e às deputadas do Bloco Democracia e Luta, que, nas várias comissões permanentes, trataram dos assuntos pertinentes à reforma –, a extinção da Escola de Saúde Pública, um patrimônio do SUS em Minas que há 70 anos vem formando agentes públicos, conselheiros, gestores, trabalhadoras e trabalhadores da saúde. Foi numa audiência pública que identificamos que a extinção e a subsequente transformação em subsecretaria não traria nem R\$0,01 de economia, e sim morosidade aos processos já usuais de trabalho da Escola de Saúde Pública. Esta já foi uma vitória: impedirmos esse ataque ao SUS em Minas Gerais.

Há outra questão importante, levantada também em várias audiências: a questão do Ipsemg. Não só evitamos que o instituto fosse transferido para a Secretaria de Fazenda, como também aprovamos emenda destacada da nossa deputada Beatriz que confere autonomia financeira e administrativa àquela autarquia. É lógico que o Ipsemg tem outros desafios, faremos outros debates, mas foi uma vitória de todos os deputados e deputadas. O deputado Cleiton também ajudou nessa questão importante.

Também conseguimos, com muito diálogo, acrescentar competências, área de abrangência, diretrizes, responsabilidades às várias secretarias que foram fundidas, mas que, na proposta original, não abarcavam temáticas importantes, como a questão da agricultura familiar, dos direitos humanos e da assistência social. No caso da assistência social, a proposta do governador poderia ser o fim das diretorias descentralizadas da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese. Hoje esta secretaria tem 22 diretorias descentralizadas, que são fundamentais no apoio aos municípios. A proposta do governo praticamente extinguiu, dava um cheque em branco, porque haveria diretorias de acordo com a vontade do governador ou do gestor. Agora, não, a proposta que está indo coloca que, no mínimo, as 22 diretorias vão funcionar.

O deputado Virgílio lutou muito com a deputada Leninha pela dimensão territorial e pelo desenvolvimento do Norte de Minas, do Mucuri e do Jequitinhonha. Não conseguimos uma estrutura específica, mas foi criada uma subsecretaria. A mesma coisa no ensino superior: a Unimontes e a Uemg foram para a Secretaria de Estado de Educação, mas com um lugar específico, com uma subsecretaria.

Então, em cada área de política pública, conseguimos aprimorar a proposta do governador. E repito: não foi só o bloco de oposição, foi o conjunto dos deputados e deputadas. Mas, lógico, tivemos uma atuação de destaque, conforme a nossa obrigação no papel de oposição. Mas, uma oposição responsável, construtiva. Não é uma oposição do “quanto pior, melhor”. O “quanto pior, melhor” ia querer atrasar a reforma, obstruir, impedir qualquer tipo de economia para o governo. Sofremos isso, na Assembleia, no final do ano passado, quando boas propostas do governador eram obstruídas para que o governo não chegasse ao fim, para que o governo fosse prejudicado, para que houvesse um desgaste político do governador e da sua equipe. Não fazemos assim, não trabalhamos assim. Somos firmes em nossos princípios, em nossas convicções, mas sabemos, prezamos muito pelo diálogo.

Destaco a questão da escola em tempo integral. Foi uma questão que surgiu no debate da reforma, uma iniciativa equivocada do governo em extinguir as 110.000 vagas e, num processo de diálogo, de pressão, de afirmação do Poder Legislativo, conseguimos que o governo recuasse, e não é vergonha para governo nenhum voltar atrás. O governo teve que voltar atrás, porque a Assembleia se posicionou de maneira firme. Como é que deputados e deputadas, sendo da oposição ou da base, podem consentir no fechamento da escola em tempo integral? De forma alguma. Esse foi um subproduto importante da tramitação da reforma. Conseguimos evitar o fim da escola em tempo integral, em Minas Gerais, como o governo chegou até a anunciar.

Considero que o resultado para o Estado, para Minas Gerais e para a Assembleia Legislativa foi positivo. Agora, é importante que o governador tenha mais cuidado, quando apresenta as propostas para a Assembleia e quando divulga informações que, às vezes, não correspondem à realidade. O governador encaminhou a proposta de reforma e falou que ia economizar R\$1.000.000.000,00, ou seja, R\$250.000.000,00 por ano – em quatro anos dariam R\$1.000.000.000,00. Na primeira audiência de discussão da reforma, foi dito e publicizado que o valor real era de R\$30.000.000,00. Imaginem uma diferença de R\$220.000.000,00 por ano. São R\$880.000.000,00, nos quatro anos, de diferença, de discrepância entre o que o governador divulgava e o que, de fato, a reforma trazia, gerando expectativa ilusória para a população.

Felizmente, a Assembleia até ampliou a economia e pulou de R\$30.000.000,00 para R\$60.000.000,00, R\$70.000.000,00, com assuntos que aqui já foram tratados, priorizando e incentivando a ocupação dos cargos de confiança por servidores efetivos, auxiliando o governador a cumprir uma promessa de campanha de não admitir puxadinho, por meio dos jetons, em participação de secretarias. A Assembleia, inclusive, vai auxiliar o governador a cumprir sua promessa de campanha. Ele falou que não queria puxadinho no governo.

O mais importante virá agora, no pós-reforma, que é exatamente o debate estratégico sobre as alternativas à crise fiscal do Estado. O deputado Virgílio tem falado muito, e com razão, que temos que começar o debate enfrentando a questão da economia mineira e da necessidade de diversificá-la e promover o desenvolvimento regional. Temos que começar a pensar o Estado em seu conjunto. Depois, temos que identificar os fundamentos da crise fiscal.

Não adianta atribuir a crise fiscal ao governo “a” ou “b”, pois ela vem da década de 1990. Um momento importante foi a renegociação da dívida com os estados, em que o governo federal se colocou mais como um agiota do que como um ente federativo. Ao pé da letra, Minas já pagou essa dívida, há muito tempo, e ainda deve quase R\$100.000.000.000,00 para a União. Isso vem da década de 1990, quando a Lei Kandir retirou tributos dos nossos produtos exportados. Minas tem economia colonial ainda, é exportadora de *commodities*. E não é por outro motivo que Minas perdeu quase R\$130.000.000.000,00 ao longo desses anos. Nós sabemos que a discussão federativa tem que ser enfrentada, que há uma reconcentração de recursos nas mãos do governo federal. Nós sabemos que a questão previdenciária foi objeto de descaso de vários governos, porque não se criou uma alternativa de sustentação da previdência mineira.

Então temos todo um debate para fazer. Não se pode simplesmente ajoelhar-se perante o governo federal, porque, dessa forma, o governador está errado. Temos que discutir alternativas. Existem alternativas, algumas até já aprovadas pela Assembleia: os 49% da Codemig, a questão da Gasmig, a questão das renúncias fiscais e dos regimes especiais de tributação, a possibilidade de securitização da dívida.

Então, se somarmos o que o governo já pode fazer, ele chegará a um valor para pagar a dívida ao governo federal sem precisar privatizar tudo, como o representante do governo federal disse em um seminário promovido pelo governador. O governador fez uma provocação lá, dizendo que a Assembleia teria que apresentar alternativas. No dia, nós apresentamos alternativas em valores menores, até para ele cumprir as promessas que fez na campanha. Estamos apresentando as estratégicas, porque as menores cheiram até, por parte de algumas economias de que o governo fala, a demagogia ou a discurso pré-eleitoral. Isso vale para campanha. Quando chega a hora de governar, é preciso governar é para o Estado. Tem que ser um líder para chegar ao governo federal, ao presidente da Câmara dos Deputados, ao Supremo e dizer que queremos o fim da Lei Kandir, que queremos a compensação da Lei Kandir. Dessa forma, não falaremos em R\$1.000,00, mas em bilhões.

Este debate agora vai chegar até a Assembleia. Iremos enfrentar esse debate com a mesma tranquilidade, com a mesma capacidade de diálogo, com o mesmo respeito a quem foi eleito governador de Minas, porque ele foi eleito, tem legitimidade. Então nós podemos discordar, mas ele foi eleito com os seus líderes aqui, na Assembleia, como os deputados Luiz Humberto, Gustavo Valadares, Guilherme da Cunha, a quem, aliás, gostaria de fazer um elogio: deputado novo, que tem capacidade de diálogo e demonstrou isso durante a tramitação da reforma. Com o Luiz Humberto e com o Gustavo, temos um convívio de anos. Nós faremos esse diálogo, mas já deixamos clara a nossa posição: a Assembleia não vai aceitar a simples adesão às chantagens do governo federal.

O governador nos pediu alternativas, e nós já as colocamos. Ele foi eleito para governar e não para dizer “amém” ao presidente Bolsonaro. Parece que ele tem medo do Bolsonaro... Imaginem: Minas Gerais, um estado tão importante como o nosso, e o governador chega, tem que ouvir e concordar, assinar embaixo de regras que um representante do governo federal dita para Minas Gerais? Imaginem o prejuízo ao se privatizar a Cemig, um patrimônio de Minas. O efeito da privatização da Cemig pode ser sentido na não universalização da eletrificação rural, por exemplo, porque o interesse privado não vai querer levar energia para um lugar mais longe com uma conta mais baixa; pode ser sentido também no bolso do consumidor, que poderá pagar uma tarifa mais alta. Vale a pena privatizar a Cemig para pagar um mês de folha de pagamento do servidor? É esse o valor previsto? Entregar um patrimônio de décadas para pagar um mês de folha? Será que é isso que o governador quer para Minas Gerais?

Então, como está encerrando o meu tempo, gostaria de dizer que priorizaremos agora, passada a reforma administrativa – e espero que o governador não vete o que a Assembleia aprovou, porque, se ele vetar, haverá outro debate na volta –, a discussão

estratégica visando à superação da crise fiscal em Minas e no Brasil, rediscutindo o pacto federativo, a economia mineira, a Lei Kandir, os privilégios, inclusive os tributários. Esse vai ser o nosso foco, como disse, com a mesma capacidade de diálogo e respeito. Então, termino, Sr. Presidente, parabenizando todos os deputados e deputadas, inclusive o nosso presidente, Agostinho Patrus, que agiu como presidente de um Poder, de uma instituição autônoma, e não como um puxadinho do Poder Executivo. E principalmente os deputados e deputadas do nosso bloco. Todos ajudaram muito nas comissões, na votação, na apresentação de emendas. Então, quero parabenizá-los. A Assembleia fez a sua parte. Esperamos, agora, que o governador fale menos e faça mais. E, se falar, que fale melhor. Deixe de mandar recado para a Assembleia, atacar a Assembleia ou divulgar números errados. O governador está precisando trabalhar como um líder. O período de campanha eleitoral já passou.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero, primeiro, cumprimentar os colegas e as colegas do Plenário, cumprimentar os telespectadores da TV Assembleia, que nos assistem ao vivo neste momento, e os nossos visitantes das galerias.

Sr. Presidente, vimos e acompanhamos o noticiário regional, os jornais trazendo a notícia de que o governador estaria em dificuldades em remunerar os seus secretários de Estado, uma vez que aprovamos uma emenda aqui, proibindo o acúmulo do recebimento dos salários dos secretários com os famosos jetons. Presidente, gostaria de informar ao governador que terei o maior prazer de estar aqui, defendendo e ajudando a aprovar um projeto de lei de iniciativa do governador, pagando um salário digno e à altura de um secretário de Estado. Porque, em Minas Gerais, não podemos tapar o sol com a peneira, não adianta ser hipócrita. Por exemplo, os secretários do governo Fernando Pimentel, do PT, recebiam R\$70.000,00, R\$74.000,00. É isso mesmo, Cleitinho Azevedo, e não foi nem uma nem duas vezes que denunciei, não. Enquanto o secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães Miranda, parcelava o salário do servidor, ele, o Sr. José Afonso Bicalho, secretário da fazenda, e não de Fazenda... Sabe por que, deputado Cleitinho? Porque ele passava a maior parte do tempo na fazenda própria dele, e não atuando como secretário de Estado de Fazenda. Esses moços, o Sr. Marco Antônio e tantos outros daquela... Tínhamos ali uma quadrilha instalada no governo anterior. Alguns, aqui, talvez não se lembrem de pronunciamentos calorosos deste deputado, mas, infelizmente, deputado Cleitinho, o Pimentel trouxe uma quadrilha que estava com ele no Ministério de Desenvolvimento Econômico e Social, e a instalou no governo de Minas. Essas pessoas recebiam salários vultosos, porque recebiam o salário de R\$10.500,00 e falavam que não dava. E, realmente, é pouco. Temos de admitir. Um salário de R\$10.500,00, deputado João Vítor Xavier, é pouco para um secretário de Estado, um promotor de justiça. Tomou posse no dia 26 um novo grupo de promotores, que recebem um salário inicial de R\$30.000,00. Um desembargador e um procurador de Estado recebem R\$25.000,00. O deputado estadual recebe R\$25.000,00. Então, é necessário que o secretário de Estado ganhe também um salário digno, à altura do cargo, da complexidade do cargo dele. Então, estou pronto para ajudar o governador Romeu Zema. Agora, não dá para ficar nos penduricalhos. O salário do secretário é de R\$10.500,00. Aí ele vai ao conselho da Codemig e assina a ata da reunião, deputado Cleitinho, sem condições nenhuma de discutir uma matéria com profundidade e opinar, aprovar ou não, fazer alguma ressalva, porque vai lá como mero assinador, para receber o jetom, na Codemig, na Copasa ou na Cemig. A cara de pau é tamanha que, no governo do PT, deputado João Vítor Xavier, o Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, petista de carteirinha, era coronel da Polícia Militar e recebia jetom. Sabem onde? Na Cemig.

Então, temos que deixar a hipocrisia de lado. Apoiarei aqui a iniciativa do governador se ele enviar projeto a esta Casa em que conste: o secretário vai ganhar R\$25.000,00; R\$30.000,00; R\$35.000,00. Terá o meu voto. E deixaremos de lado essa hipocrisia.

O problema maior, deputado João Vítor Xavier, é que, durante a campanha, ele fez toda uma pregação dizendo que isso era ilegal, imoral, que ele não ia engordar contracheque e, depois que ganha a eleição, ele passa a essa prática. Uma prática ruim, uma prática imoral, que engana o cidadão que está do lado de fora. Não é para enganar o cidadão. O salário é R\$30.000,00? Então é R\$30.000,00, pronto, acabou. Não dá para você ser secretário de Segurança Pública, de Planejamento ou de Fazenda, um cargo tão

complexo para ser exercido, e ganhar R\$10.500,00. É conversa para boi dormir. Nenhum secretário vai querer exercer o cargo, porque a responsabilidade, deputado João Vítor Xavier, é enorme, é complexa. E ainda há a fiscalização da Assembleia, do Ministério Público, de outros órgãos e da própria sociedade.

Concedo aparte ao ilustre colega deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Deputado, o senhor tem razão. Concordo com o senhor. Acho que esse termo “hipocrisia” é o que melhor define o que está acontecendo. O governo tem que começar a assumir e colocar em prática as bandeiras que defendeu em campanha. E uma bandeira importante que o governo tem que encarar, tem que resolver, é a questão tributária no Estado, porque não adianta um partido se dizer de direita, de bandeiras liberais, de prática econômica liberal e não fazê-lo na prática.

O povo mineiro não aguenta mais pagar R\$5,00 num litro de gasolina. São R\$5,00 num litro de gasolina. Quem dá conta de andar de carro no Estado? Quem dá conta de produzir no Estado? Que pai dá conta de pegar um filho, no final de semana, para passear num *shopping*, para levá-lo a um campo de futebol ou a um parque? E o produtor rural, no interior, que vai levar meia dúzia de caixotes de bananas, que vai levar pentes de ovos para vender na feira? Ele não dá conta mais de fazer isso, porque o custo da gasolina, do combustível, está impagável no Estado.

O seu Romeu Zema já teve tempo para resolver isso. Temos a mais cara alíquota de ICMS do combustível do País, do Brasil. Temos o combustível mais caro do Brasil. Na economia, Sargento Rodrigues, isso se chama curva de Laffer. O tributo é tão grande, o imposto é tão grande, que a arrecadação cai, porque as pessoas não dão conta de consumir. Hoje um caminhoneiro para o seu caminhão na divisa, antes de chegar a Extrema, para abastecer no Estado de São Paulo, e tenta abastecer de novo só quando chega à Bahia. Ele abastece em Goiás, mas não abastece em Minas; ele abastece no Rio, mas não abastece na Zona da Mata. Então, estamos gerando desemprego. Nós não estamos produzindo, nós não estamos conseguindo manter a cadeia produtiva funcionando aqui, porque quem pode não abastecer em Minas não abastece. Quatro meses de governo já é tempo suficiente para se baixar a alíquota do ICMS. O Dória fez isso, em São paulo, e o resultado foram 400 novos voos no Estado. Já deu tempo. Tem que fazer. Está na hora, ouviu, Zema, de baixar o preço da gasolina em Minas!

O deputado Virgílio Guimarães (em aparte) – Ficarei no tema, nobre deputado Sargento Rodrigues. Em primeiro lugar, quero dizer que tenho uma opinião que talvez vá discrepar um pouquinho da opinião da maioria. Estou entre aqueles que considera lícita, se for praticada dentro dos princípios da razoabilidade, a possibilidade de o cidadão ser secretário e participar de alguns conselhos ou, quem sabe, de um conselho, desde que a atuação dele tenha a ver com a sua função e que seja importante a presença dele lá. Acho até que seria um instrumento melhor que elevar o salário de todos, até porque isso não seria possível agora devido à situação prudencial em que Minas se encontra, *vis-à-vis* a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Digo isso porque, por mais de três anos, fiz parte do Conselho da Codemig, do qual participava o secretário de Fazenda. Sei que ele participava de outros conselhos. Não dou notícias sobre a sua participação em outros conselhos, mas lá, ele tinha uma participação efetiva. Até porque, deputado, de alguns anos para cá, os conselheiros respondem civil e criminalmente por tudo que possa ser de responsabilidade do conselho. Hoje, ninguém mais vai a um conselho apenas para assinar. Não vai.

Creio que se o governador Zema... Eu votei a favor da emenda, consciente do que estava votando, mesmo sabendo que, em determinadas circunstâncias, de maneira controlada e transparente, isso pode ser adequado, pode ser até necessário... Por quê? Exatamente pelo que apontou V. Exa. Fez disso um mote de campanha. Se ele tiver a humildade de opor um veto a isso, e se houver, junto desse veto, uma regulamentação daquilo que se pretende com a aplicação desse critério, eu tenderia a votar favoravelmente. Não seria o primeiro a, após uma campanha, votar... Todo mundo sabe que JK ganhou a eleição sem falar, durante a campanha, da construção da nova capital. E ninguém o chama de traidor, porque ele correspondeu aos objetivos nacionais. Então, creio que, se o governador tivesse humildade e tivesse essa intenção... Caso contrário, que se aplique o que aí está, o que para o povo mineiro também é muito bom.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães pela colaboração. Presidente, o outro ponto que trago à tribuna, com enorme preocupação, deputado Cleitinho Azevedo e deputado Mauro Tramonte, são as falhas insistentes do governador e do seu secretário de Fazenda em relação ao regime de recuperação fiscal.

Olhe, você que é servidor público, seja civil ou militar, saiba que a recuperação fiscal encontrará uma barreira intransponível nesta Casa. E quero deixar esse recado ao governador Romeu Zema, que quer colocar no lombo do servidor todos os pecados da administração anterior. Quer colocar o arraso, as finanças do Estado no lombo do servidor. De que forma? Para o governador ingressar no regime de recuperação fiscal com a União, ele terá que pesar no lombo do servidor.

Haverá aumento da alíquota de contribuição da Previdência de 11% para 14%. Eu não voto e não vou permitir isso. Vamos obstruir e usar todos os dispositivos do Regimento Interno. Há ainda a contribuição das pensionistas e a proibição do aumento de salário. Faz quatro anos que não há sequer reposição da perda inflacionária. Imagine ficar três anos mais três anos, ou seja, seis anos sem reposição!

Além disso, o governo quer ficar três anos mais três anos sem concurso público por imposição da Lei Complementar Federal nº 159. É essa lei que dá as diretrizes das regras de como ser admitido na recuperação fiscal. Tudo isso o governador quer impor. E o governador vem fazendo discursos nos jornais, espetando a Assembleia, alegando que esse é o único caminho.

Deputado Mauro Tramonte, logo no início, nesta Casa, quando o governador ocupou esta tribuna, em seu discurso, na posse dos deputados, ele disse que a única saída para o Estado era o regime de recuperação fiscal. Quero dizer ao governador que não vamos deixar passar nesta Casa o regime de recuperação fiscal. Quanto à reforma administrativa, deputado Cleitinho, tínhamos o dever de contribuir. Contribuímos e ainda a melhoramos. Mas, aplicar no lombo do servidor mais castigo? Reforma da Previdência, recuperação fiscal? De todos os Poderes e órgãos do Estado! Todos sofrerão e muito. Promoções? Haverá o congelamento das promoções em todas as carreiras e o aumento de tarifa e da contribuição. Contribuição de pensionista, congelamento de reajuste de salário por seis anos, sem concurso. Tudo isso apenas no lombo do servidor. Olha, o sacrifício não pode ser apenas do servidor público, governador. Eu mesmo já apresentei na Comissão de Administração Pública e foram aprovadas 10 sugestões para que a Assembleia, o Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça Militar – e temos de acabar com ele – façam economia e contribuam com o Executivo; e que o Executivo também faça a sua parte. Aí, sim, depois de exaurir, depois que se fizer tudo isso e não haver condição alguma, podemos pensar em discutir essa hipótese lá na frente.

Nós não aceitaremos. Nós vamos fazer aqui uma barreira intransponível. Sr. Governador Romeu Zema, se quer jogar a responsabilidade na Assembleia, assumo o compromisso que é do senhor. O senhor disse que era fácil. Durante a campanha o senhor disse que resolveria, que os outros governadores não sabiam fazer, que fizeram assim ou assado. Agora o senhor quer colocar todos os problemas e a irresponsabilidade de gestões no lombo do servidor. Nós não deixaremos. Nós não vamos deixar que o servidor seja escolhido como bode expiatório. O próprio presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, foi à cidade do Rio de Janeiro e viu que lá não deu certo. Lá foram colocadas tropas de choque cercando a Assembleia para passarem as tão famigeradas leis, a fim de aderirem ao regime de recuperação fiscal; e não deu certo. O Estado do Rio está voltando atrás e foi o único que aderiu ao regime de recuperação fiscal.

Governador Romeu Zema, nós não vamos aceitar. Seremos uma barreira intransponível para que a recuperação fiscal não passe em Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/5/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alexandre Costa Barbantino, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

exonerando Maria Eduarda Bittencourt Ávila, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

exonerando Samuel Reis Cangussu, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

exonerando Vicente de Paulo Gomes, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tito Torres;

nomeando Alexandre Costa Barbantino, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Cristiano Meirelles da Silva, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Gabriela Vaz de Melo e Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Graciele Queiroz Ribeiro, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa;

nomeando João Paulo dos Anjos Soares, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Maria Cecília de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria Eduarda Bittencourt Ávila, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Mirilene Muniz Barreto, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Rejane de Freitas, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Renê Martins dos Santos, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Samuel Reis Cangussu, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Sander Cícero Ulhôa Almeida, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Vera Pereira Sobrinho, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Vicente de Paulo Gomes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 28/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 58/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 20/5/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade fornecimento e instalação de divisórias sanitárias.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de maio de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 22/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Engear Sistemas – Eireli. Objeto: fornecimento e instalação de sistema de pressurização de escada para o Edifício Carlos Drummond de Andrade, conforme especificações. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 004/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.4.4.90 (10.1).



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/3/2019, na pág. 36, onde se lê:

“Andrea Castelo Branco”, leia-se:

“Andrea Castello Branco Rena”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2019, na pág. 36, onde se lê:

“Patrício Maria Maia”, leia-se:

“Patrícia Maria Maia”.

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/5/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/5/2019, na pág. 4, sob o título “Requerimentos”, no Requerimento nº 940/2019, onde se lê:

“seja cumprido o prazo de até 60”, leia-se:

“seja cumprido o prazo de até 60 dias”.